

**AÇÃO DOCENTE ENQUANTO OBJETO DE ANÁLISE SOCIOHISTÓRICA
DA CONTEMPORANEIDADE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
ESPECIAL**

**TEACHING ACTION AS THE OBJECT OF SOCIO-HISTORIC ANALYSIS OF
CONTEMPORARITY FROM THE PERSPECTIVE OF SPECIAL
EDUCATION**

Higor Ribeiro de Araújo Lima Macedo²

RESUMO

Neste artigo constataremos como a formação de professores do ensino básico nos dias atuais requer uma leitura atenta e criteriosa dos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, além das premissas teóricas de alguns pensadores da educação atrelados à importância da intencionalidade e transformação da realidade no fazer docente, como o autor Paulo Freire, o qual dedicou sua vida a pensar e refletir a prática pedagógica dos educadores. Menciona-se também a ação educativa diante do aluno público-alvo da Educação Especial, pois o direito educativo é constitucional e existe a necessidade de um trabalho diversificado para atender esta clientela que adentra os portões da escola pública. É preponderante para o desenvolvimento do professor em serviço, pois amplia o embasamento didático-pedagógico do educador que necessita deste recurso para desenvolver sua ação com competência.

Palavras-Chave: Vivências. Educação. Formação docente. Estudante da educação especial

1 INTRODUÇÃO

No referido texto, pretende-se analisar as diversas situações pedagógicas que compõem o âmbito escolar, priorizando substantivamente as concepções teórico-metodológicas coerentes que valorizem a participação do aluno da Educação Especial em ações que o tornem protagonista do processo ensino-aprendizagem.

² O autor é graduado em Letras - Português e Inglês pelo Centro Universitário de Jales - UNIJALES (2018), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES (2015), pós-graduação em Educação Especial com ênfase em Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades pela Faculdade São Luis (2018), pós-graduação em Educação Especial com ênfase em Deficiência Visual, Auditiva e Surdocegueira e pós-graduação em Neuropsicopedagogia pela Faculdade de Educação São Luis (2020). Trabalhou como professor de educação infantil pela Prefeitura de Mauá (2010-2012). Atualmente é professor de educação infantil e ensino fundamental I e ensino fundamental II e médio - Língua Portuguesa pela Prefeitura Municipal de São Paulo designado como Professor de Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais.

O trabalho docente enseja a construção da sua postura ética, humana e atitudinal baseada nos princípios de responsabilidade social, seu compromisso e sua competência profissional para a melhoria na qualidade do ensino e afabilidade dos processos educacionais.

Nesta perspectiva, por meio da prática pedagógica as relações sociais presentes no dia a dia se tornam contundentes e viabilizam o amadurecimento intrapessoal e interpessoal do educador. Indubitavelmente, uma experiência uniforme e imprescindível na sociedade do século XXI.

2 INÍCIO DE HISTÓRICO PROFISSIONAL

Antes de iniciar os relatos acerca da intencionalidade das ações educacionais no que concerne à Educação Especial da qual faço parte no meu percurso profissional, abordarei algumas questões inerentes à formação docente.

Desta forma, enquanto criança e adolescente sempre manifestei a necessidade de ser professor, seja pelo fato de ensinar e de interagir com outras pessoas, tendo em vista que durante um período da minha infância fui introvertido e preferia muitas vezes assistir a programas e séries da extinta TV Manchete.

Nesta perspectiva, durante muito tempo pensei que este sonho de entrar no ensino superior fosse utopia, pois era oriundo de uma extrema situação de marginalização social, pois morava em uma comunidade marcada pela violência e repressão policial, sempre foi notório que durante muito tempo na história do país os indivíduos excluídos do sistema capitalista pouco participaram e contribuíram com a consolidação de uma sociedade embasada pelos princípios democráticos da diversidade humana.

Felizmente aos completar os dezoito anos de idade tive a iniciativa de pesquisar sobre os cursos de Pedagogia da minha localidade e consegui ingressar em uma determinada faculdade privada da cidade de Mauá e posteriormente fui contemplado com uma bolsa de estudos do programa “Escola da Família” do Estado de São Paulo, porque a remuneração do meu antigo trabalho da ocasião não me permitia pagar o curso mensalmente.

Por conseguinte, embora estivesse em situação financeira instável durante muito tempo, tive todas as possibilidades para permanecer no âmbito da vida acadêmica e

finalmente concluí minha primeira graduação e depois realizar tantos cursos na área da educação, tais como Letras (Português-Inglês-Espanhol), Ciências Sociais e especializações relacionadas à Deficiência Intelectual, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Docência do Ensino Superior, Gestão Pública, Psicopedagogia Institucional, Educação Especial: Deficiência Visual, Auditiva, Surdocegueira e Transtornos Globais do desenvolvimento, Neuropsicopedagogia, Metodologia do ensino da Língua Inglesa e Supervisão Escolar.

Ao completar os vinte e dois anos de idade ingressei no serviço público da cidade de Mauá em uma escola municipal de educação infantil (EMEI), na qual permaneci durante dois anos e quatro meses até iniciar o exercício na rede municipal de São Paulo no ensino fundamental I e II.

Nestes anos de ação pedagógica me tornei regente de turmas do ciclo de alfabetização, interdisciplinar, autoral e Educação de Jovens e Adultos (1º ao 9º ano), Professor Orientador da Sala de Leitura, regente nas turmas de minigrupo, infantil I e II (EMEI), Professor em situação de Complementação de Jornada (CJ) para substituição de ausência docente e neste momento atuo como Professor de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) para pensar coletivamente nas atividades específicas aos alunos público-alvo da Educação Especial.

Desta forma, a análise exposta tecerá considerações a respeito das ações docentes frente ao planejamento, elaboração de atividades e operacionalização de estratégias condizentes à aprendizagem de conceitos, atitudes e saberes das crianças e adolescentes que fazem parte das atribuições engendradas pelas premissas da Educação Especial.

Por isso, depreende-se que por meio da educação, o aluno tomará como parâmetro a realização de suas ações, direcionando a sua participação para que o processo educativo possa se efetivar na medida em que todos contribuem de alguma maneira para a aquisição de conhecimentos.

À guisa das discussões coletivas ao longo da carreira docente, evidencia-se a premente formação multidimensional do professor, ou seja, sua qualificação para o trabalho, conhecimentos imprescindíveis à sua cidadania e a capacidade de se expressar por intermédio de ações consistentes de argumentações crítico-reflexivas que consolidaram a sua forma de representar os contrastes, paradoxos e rupturas presentes na sua realidade escolar

Na acepção supracitada, sempre vislumbrei que o educador deve ter a elucidação do conteúdo a ser trabalho pedagogicamente e como o efetivará, quais os recursos e materiais serão disponibilizados para atingir o patamar de qualidade educacional, a fim de viabilizar esforços coletivos para conscientizar o aluno acerca da relevância da escola no cenário atual, mas priorizar quais os momentos em que os alunos possuem acesso ao arcabouço teórico discutido, problematizado e acumulado ao longo da historicidade humana e o usufruto dos saberes no dia a dia, seja escolar ou extraescolar.

3 PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DE SABERES DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN

3.1 A alfabetização em foco

Este capítulo do trabalho científico abordará algumas questões inerentes à alfabetização e as possibilidades educativas advindas de uma ação pedagógica que contemple a inclusão efetiva do aluno com Síndrome de Down.

Sendo assim, existe a necessidade de enfatizar um breve histórico do panorama da alfabetização no Brasil nos últimos anos, principalmente no que tange à implantação da concepção socioconstrutivista no sistema brasileiro de ensino.

Historicamente, as práticas escolares de leitura e escrita abrangiam o domínio de habilidades capazes de decodificar as informações provenientes dos estudos realizados na sala de aula, sem, no entanto, abarcar o contexto de vida da sociedade, bem como a individualidade do corpo discente e suas formas de pensar, agir e fazer. Havia a predominância da concepção tradicional focada no ensino, de modo a favorecer a formação de indivíduos que reproduzissem a maneira pela qual a classe dominante visualizava e percebia a realidade social.

Em contrapartida, nos primórdios do século XX, com os estudos focados na psicologia e pedagogia, alguns países estavam desenvolvendo pesquisas de como se procede a formação humana, mediante influências de cunho afetivo, biológico, social e psíquico. Cita-se o conceituado biólogo Jean Piaget, que elaborou teorias acerca do ser humano, como inteligência e aquisição de conhecimentos.

Nesta perspectiva, com a progressiva abertura política decorrente da ruptura do período da Ditadura Militar (1964-1985), da qual se engendraram ações pedagógicas

que manipulavam o pensamento dos alunos democratizaram gradualmente o acesso dos alunos oriundos das classes populares e com deficiência, o cenário da educação começou a gerar mudanças para novas e inovadoras práticas de ensino, como o acesso, equidade e permanência dos discentes nas escolas, tivessem quadro diagnóstico de deficiência ou não e formas diferenciadas de se repensar a alfabetização.

Reiteram-se primorosamente as contribuições teóricas de Ana Teberosky e Emilia Ferreiro, que pesquisaram quais os percursos utilizados pelos alunos no processo de escrita, tendo em vista que as experiências e aprendizagens são distintas e ao docente cabe promover atividades significativas que contemplem a fase na qual cada estudante está estritamente ligado, por causa das saberes que possui.

Por conseguinte, houve implicações diretas na formação do professor nos cursos de Magistério, sejam para pensar nova postura ou para entender qual o estágio de desenvolvimento em que o educando está situado.

No bojo da acepção, os estudos teóricos preconizavam que a alfabetização necessita se articular às diferentes formas de utilizar a linguagem humana para entender e interpretar a realidade e:

A escrita pode ser concebida de duas formas muito diferentes e conforme o modo de considerá-la as consequências pedagógicas mudam drasticamente. A escrita pode ser considerada como uma representação da linguagem ou como um código de transcrição gráfica das unidades sonoras (FERREIRO, 2001, p. 10).

Neste sentido, a escola considerou relevante a proposição de abarcar a leitura concatenada à escrita, com vistas a formar alunos proficientes na língua padrão e que atendessem às demandas sociais.

Todavia, os preceitos e fundamentações da concepção socioconstrutivista não englobam eficazmente as prerrogativas de compreensão de grande parte dos educadores. Isto se deve à implantação desprovida de reflexão e debates a respeito das condições psicogenéticas do alunado, pois as realidades escolares são adversas e as ações/atribuições docentes precisam ser modificadas e repensadas.

Após a disseminação das propostas descritas anteriormente serem operacionalizadas, os cursos de formação inicial começaram a salientar as diferentes vertentes da questão do processo ensino e aprendizagem, a fim de proporcionar o

conhecimento das concepções vigentes que interferem diretamente no sucesso escolar do alunado.

Pode-se frisar a visão tradicional (aluno desprovido de saberes e professor sabe tudo), visão comportamentalista (estímulo e resposta na ação educativa), visão humanista (o aluno é considerado a partir da sua totalidade – cabeça e corpo), visão socioconstrutivista (o aluno aprende mediante as interações sociais e maturidade) e a visão sociocultural (o professor e aluno aprendem o conceito por intermédio de pesquisas e reflexão sobre o objeto de estudo).

Com a menção de como se procede a alfabetização na sala de aula, como a abordagem teórico-prática, as intervenções pedagógicas se tornaram cada vez mais pontuais e as atividades que exigiam a cópia, muitas vezes sem a devida reflexão, deixaram de ser utilizadas cotidianamente, embora algumas escolas adotem a escrita mecânica e sem significado para o aluno.

Por isso, a alfabetização proveniente da ação e reflexão constantes e permanentes ressalta a perspectiva do aluno sobressair pensar acerca das situações dia a dia, com clareza e posicionamento crítico e:

No momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção começa a mudar, embora isto não signifique ainda a mudança da estrutura. É algo importante perceber que a realidade social é transformável; que feita pelos homens, pelos homens pode ser mudada; que não é algo intocável, um fado, uma sina, diante de que só houvesse um caminho: a acomodação a ela (FREIRE, 2001, p. 46).

Na verdade, o docente que elabora estratégias e propõe métodos de ensino condizentes com a aprendizagem do educando, incentiva-o a descobrir caminhos que, sem a sua mediação, não teria condições biopsicossociais para desenvolver a visão e percepção de mundo e desbravar e conhecer as suas características e especificidades.

Outro apontamento visível nas classes de alfabetização centra-se na quantidade de alunos em uma mesma sala, abrangendo um número elevado de estudantes por sala. Neste horizonte, com a ampliação do acesso e obrigatoriedade da frequência de crianças e adolescentes entre quatro e dezessete anos, as escolas passaram a contar com uma grande demanda de estudantes que estão matriculados na rede regular de ensino.

Entretanto, em algumas situações do cotidiano escolar, torna-se inviável manter a qualidade do processo educativo para os alunos que necessitam de uma atenção redobrada, até porque estão nos anos iniciais do ensino fundamental, que farão diferença no que diz respeito à aprendizagem de conteúdo, habilidades e competências durante toda a escolaridade.

Na ação alfabetizadora, um destaque a ser realizado e que necessita de um olhar específico com apoio de todos os profissionais da educação, são os alunos com deficiência, entre os quais citamos aqueles com Síndrome de Down.

3.2 A alfabetização e o processo de leitura

A consolidação da leitura e escrita é um processo de concatenação do exercício contínuo da leitura e das diferentes relações culturais e cognitivas que se estabelecem a partir da decodificação e codificação do signo linguístico presentes nas distintas instâncias sociais e as informações e que são armazenadas no cérebro acerca do que está sendo lido e interpretado.

No bojo desta acepção, a tarefa de estudar necessita de um atrativo especial que está embutido na dedicação e no contexto de ler como um escritor, pois neste momento há uma prerrogativa de se entregar de forma contundente ao que está escrito, a atenção meticulosa na construção sintática de cada palavra e a vivência constante sob a diversidade de portadores textuais e gêneros literários.

Porém, estar em contato com o mundo letrado não será suficiente para o aluno submergir na cultura escrita, mas será necessário aprender a ler e escrever. Indubitavelmente, esta é a função social da escola: ensinar aqueles que mais precisam, por intermédio de ações intencionais, estratégias e métodos distintos de estudo.

Ademais, o processo de ensino e aprendizagem prioriza habilidades e competências que viabilizarão aos discentes selecionarem variados textos que se adequaram à problemática que almejam compreender, como pesquisas, entretenimento e de cunho científico, a fim de se tornarem leitores competentes nos assuntos, fatos e conceitos pertinentes ao mundo contemporâneo.

Mesmo a escola reconhecendo a acessibilidade de todos os alunos de diferentes credos religiosos, idiosincrasias, origens sociais, salienta-se a preponderância de os educandos com deficiência, que no caso deste trabalho são as crianças com Síndrome de

Down, deve-se valorizar a diversificação do processo de escrita e leitura nas propostas pedagógicas vigentes nas aulas. Contribuem nesta perspectiva as Diretrizes Curriculares para a Educação Especial (2001) e proferem que:

Essa reflexão favorece o encontro de possibilidades, das capacidades de que cada um é dotado, facilitando a verdadeira inclusão. A interdependência de cada face desse prisma possibilitará a abertura do indivíduo para com o outro, decorrente da aceitação da condição humana. Aproximando-se, assim, as duas realidades – a sua e a do outro – visualiza-se a possibilidade de interação e extensão de si mesmo (BRASIL, 2001, p. 25)

Neste horizonte, percebe-se que para os alunos precisam ser oportunizadas condições para que eles desenvolvam capacidades necessárias para a execução de uma atividade ou um pensamento crítico, da qual desencadeiam formas variadas de fazer, pensar, agir em consonância com os princípios da inclusão escolar, desde que a unidade pedagógica propicie situações em que a leitura faça parte da rotina diária.

As dificuldades apresentadas por uma parcela de alunos da rede regular de ensino, desde os anos iniciais e finais do ensino fundamental e que poderão acompanhá-los até o ensino superior, estão intrinsecamente relacionados à deficiência sociocultural no processo de ensino e aprendizagem, à habilidade cognitiva da escrita e compreensão em leitura.

Quanto a estas premissas, um item a ser relevado está norteado pelo que antecipa o ato de ler é a observação e aperfeiçoamento que não é decorrente de grandes produções literárias, mas, sobretudo da interiorização como resultado da leitura realizada, que influencia na escrita e na recriação subjetiva das ideias do leitor e escritor.

Sendo assim, a habilidade de avaliar o texto em suas especificidades e particularidades está focalizada na metacognição e envolve a capacidade que o discente possui para compreender o gênero textual a partir da consolidação da competência linguística condizente para interpretar determinado artigo, poema e/ou resumo.

Com este foco, pode-se reiterar que essas estratégias são resultados do desenvolvimento paulatino da metacognição, com interferência da maturidade, do comportamento leitor que se afirma gradualmente quando se lê, principalmente nos alunos que leem com assiduidade e da compreensão do que está lido.

Mas há de se ponderar um aspecto de dimensão cognitiva e de suma imprescindibilidade, que influi na formação do leitor fluente e está articulado com a

técnica de saber selecionar, sistematizar e avaliar o que se lê, com vistas a definir os objetivos propostos da leitura, reconhecer o que é preponderante na argumentação textual, mensurar a qualidade do entendimento das ideias do autor e evidenciar meios para corrigir possíveis falhas engendradas de cansaço, distração ou ruídos de comunicação, tendo como solução a necessidade de reler o trecho do texto para o qual não houve compreensão.

Indiscutivelmente, como o conhecimento é adquirido, formalizado e sistematizado na interação com outros indivíduos mais capazes, a aquisição de saberes acontece por meio da relação estrita entre o leitor, conceitos e escritor, estabelecendo uma tríade de eixos que se estruturam e tornam possível a leitura compreensiva.

Outro aspecto a ser complementado incide na imitação como característica marcante do processo de leiturização, especificada pela construção e desenvolvimento cognitivo do sujeito leitor, visto que não existe a possibilidade de originalidade, inventividade e criatividade sem meios efetivos da influência da representação dos elementos constitutivos da realidade.

Na visão de Ferreiro (2001), os alunos adquirem experiências providas de significados na vida contextual, como o interesse, atenção e:

Se pensarmos que a criança aprende só quando é submetida a um ensino sistemático, e que a sua ignorância está garantida até que receba tal tipo de ensino, nada poderemos enxergar. Mas se pensarmos que as crianças são seres que ignoram que devem pedir permissão para começar a aprender, talvez comecemos a aceitar que podem saber, embora não tenha sido dada a elas a autorização institucional para tanto (FERREIRO, 2001, p. 17).

Além disso, a fim de considerar o papel educativo da escola frente à aprendizagem discente, deve-se preponderar a colaboração da família quanto aos estímulos propiciados para o enriquecimento da bagagem cultural das crianças em idade educacional.

3.3 A leitura como forma de prazer para o aluno com Síndrome de Down

Este tópico manterá as discussões a respeito da ação educativa pautada na leiturização, favorecendo o fortalecimento do indivíduo leitor e com vistas a abranger em especial o aluno com Síndrome de Down, que ingressa na escola a fim de ampliar as

suas potencialidades de aprendizagem, levando-se em consideração as suas limitações e possibilidades cognitivas, neurológicas e biopsicossociais.

Neste enfoque, frisa-se anteriormente a respeito da imprescindibilidade da leitura para a aprendizagem escolar dos estudantes e também a incumbência docente para estabelecer as avaliações e critérios utilizados para contemplar os princípios de uma leitura agradável e destituída de obrigação, mas provida de interesses do leitor.

Adiante, constata-se que algumas escolas do país estão se adaptando aos preceitos de uma sociedade livre, equânime e democrática e vêm oportunizando o acesso escolar dos alunos com deficiência incluídos nas matrículas efetivas dos anos letivos, até porque os dispositivos legais os exigem. Neste horizonte, espera-se que sejam intensificadas nas formações dos professores as temáticas de qualidade da educação, que perpassa pelos princípios constitucionais, metodologias de trabalho e diversidade humana.

Com esta prerrogativa, ainda assim, apesar das dificuldades, alguns dos familiares dos alunos com Síndrome de Down os matricularam nas escolas regulares. Claro que alguns assuntos pertinentes como a formação docente e infraestrutura escolar poderiam ser priorizados, todavia são questões de ordem política e que merecem atenção durante as discussões dos candidatos que pleiteiam um cargo público para viabilizar as políticas de Estado.

De uma perspectiva centrada nos aspectos dificultadores, faz-se necessário compreender alguns percalços que se estabelecem para impedir a assimilação e o gosto pelo texto lido.

Neste contexto, as inferências de comunicação podem ser as causas para inadequação literária entre aluno especial e o docente, pois não há possibilidade de analisá-los separadamente. A estreita aproximação entre aluno (leitor) e texto (ideias do autor) ressalta a iniciativa de se considerar alguns fatores como ruídos, deficiência intelectual ou distração, entre outros, para enfatizar o motivo da incompreensão.

A maneira pela qual os indivíduos expõem e processam mentalmente as ideias e conceitos de um texto sem alterar a verossimilhança das informações armazenadas produzem a inferência, que é uma estratégia utilizada pelos alunos, desde que se tenham muitas experiências linguísticas e comunicacionais.

O processo de desenvolvimento da criança com Síndrome de Down pode ser favorecido caso sejam empregados pela escola estímulos precoces inerentes às

habilidades cognitivas de estruturação do pensamento, haja vista a possibilidade de estímulos precoces inerentes às habilidades cognitivas de estruturação do pensamento.

Em conformidade com algumas teorias psicopedagógicas para o desenvolvimento integral dos alunos que apresentem ou não Síndrome de Down durante as aulas de leitura com base nas temáticas comuns a cada realidade escolar, podem-se ensinar práticas que valorizem a elaboração de perguntas, porque é um recurso educativo e, se utilizado de forma correta, pode ser incontestavelmente eficiente.

Porém, é necessário saber quais as perguntas importantes a serem questionadas e abordadas, quais as informações que o texto focado deixa implícitas e/ou explícitas e quais os saberes dos signos linguísticos estão internalizados pelos alunos sobre o tema, com vistas a diferenciar o foco da pesquisa para o educando com Síndrome de Down e outros estudantes com deficiências das mais diversas.

Na proposta da intervenção com base na conceituação dos conhecimentos prévios existe a necessidade do entrelaçamento dos saberes do aluno com as informações proferidas pelo docente, com o objetivo de se averiguar quais os esquemas psicológicos e de interpretação utilizados nas situações-problema para atender às demandas do educador.

Em uma aula participativa, dialógica e interativa, o aluno também poderá valer-se de uma técnica que, orientada adequadamente pelo docente, viabiliza um momento de trocas de ideias e vivências entre todos os educandos. Cita-se nesta etapa a auto explicação, que consiste no amadurecimento do estudante enquanto leitor que desvela progressivamente conceito autoral ou idiossincrático e em conformidade com as suas limitações cognitivas. Assim sendo, na exposição do que sabe, o aluno responde às perguntas inferenciais realizadas pelo professor.

Por conseguinte, o sucesso na proposição das atitudes favoráveis à consecução dos objetivos atrelados aos princípios da educação inclusiva e transformadora poderá ser efetivado na medida em que as aulas sejam atrativas, prazerosas e significativas para todos os alunos, indistintamente, com vazão para o proveito dos docentes na operacionalização dos métodos, técnicas, currículos e procedimentos didático-pedagógicos.

Por meio de abordagens constituídas de estudos e pesquisas nos campos da pedagogia, psicologia e neurologia, existe o balizamento das prerrogativas teóricas que propõem a leitura enquanto método de trabalho educativo que perpassa todas as

disciplinas curriculares e áreas do conhecimento visto o seu potencial de integração entre diferentes culturas, percepções, ideologias e formas de se conceber a realidade.

Com este indício, a crescente preocupação em adotar os meios efetivos para incluir a leitura nos conteúdos específicos como recurso para ampliar e aperfeiçoar o desempenho dos alunos com e sem deficiência, em especial o caso especial do aluno com Síndrome de Down, objetivo principal deste trabalho científico, têm instigado a mobilização das instituições educacionais para a concretização dos ideais de leiturização para todos os educandos.

A capacidade de compreensão de ideias dos educandos com Síndrome de Down deve ser fortalecida e as escolas necessitam formular as ações eficazes para o respeito à diversidade humana e as Diretrizes Curriculares para a Educação Especial (2001) elucidam consideravelmente que:

A vida humana ganha uma riqueza se é construída e experimentada tomando como referência o princípio da dignidade. Segundo esse princípio, toda e qualquer pessoa é digna e merecedora do respeito de seus semelhantes e tem o direito a boas condições de vida e à oportunidade de realizar seus projetos (BRASIL, 2001, p. 24).

No bojo do entendimento, essa perspectiva de educação engloba a busca incessante e meticulosamente compromissada por parte dos educadores, coordenação, pais, comunidade escolar e alunos que participam direta ou indiretamente do processo ensino e aprendizagem, contribuindo para a formação holística do corpo estudantil, pois a sociedade contemporânea se torna permeada da complexidade humana, as atribuições e responsabilidades sociais exigem habilidades, capacidades e competências diversificadas e, portanto, a aprendizagem acontece ininterruptamente nos contextos de vida das pessoas, sejam espaços escolares ou não escolares.

4 UMA BREVE HISTÓRIA: SITUANDO A SÍNDROME DE DOWN

4.1 O conceito de deficiência segundo a ordem social

Para explicar a respeito do acesso à escola do aluno com Síndrome de Down, devem-se mencionar os aspectos jurídicos que promoveram o debate em nível nacional

da inclusão das pessoas com deficiência em todos os segmentos da sociedade (escola, trabalho e vida social).

Historicamente, as pessoas que nasciam com alguma deficiência intelectual, visual, auditiva, distúrbios de comportamento e/ou física, tornavam-se um empecilho e motivo de segregação para as suas famílias, devido à padronização social e visão de mundo dos indivíduos, influenciado pelo estereótipo do que era ideal e aceitável na comunidade.

Após a consolidação de algumas vertentes, como a que definia a deficiência sob a ótica da visão médico-pedagógica, houve a integração dos indivíduos com deficiência nas escolas especiais, a fim de que se proporcionasse uma educação diferenciada do ensino aplicado nas outras unidades escolares.

Com o passar do tempo, as mobilizações advindas da sociedade civil solicitaram mudanças nas formas de se enxergar a pessoa com deficiência, sobretudo porque é um cidadão com direitos e deveres.

O grande eixo norteador centrou-se na elaboração da Constituição Federal de 1988, que preceitua o atendimento preferencial do aluno com deficiência na rede regular de ensino, pois antes não havia a perspectiva legal da matrícula nas escolas públicas.

Assim sendo, a maneira pela qual os indivíduos compreendiam o fenômeno da inclusão educativa estava permeada pelos princípios de dignidade humana, igualdade e diversidade entre as pessoas, independentemente das condições e origens. Podemos ressaltar esta premissa por meio do Decreto nº 6949 (2009) nesta afirmação:

Reconhecendo as valiosas contribuições existentes e potenciais das pessoas com deficiência ao bem-estar comum e à diversidade de suas comunidades, e que a promoção do pleno exercício, pelas pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e liberdades fundamentais e de sua plena participação na sociedade resultará no fortalecimento de seu senso de pertencimento à sociedade e no significativo avanço do desenvolvimento humano, social e econômico da sociedade, bem como na erradicação da pobreza (BRASIL, 2009).

Por isso, é nesse contexto que as discussões, problematizações e apontamentos sobre acesso e permanência de todos os alunos da rede pública ensejam oportunidades de para aquisição de significado social, seja na compreensão de que a deficiência pode ser congênita ao indivíduo ou acompanhá-lo após uma tragédia ou acidente. Todavia, o acesso ao ensino pode encontrar entraves por várias ordens de impedimentos,

influenciando de maneira categórica nos alunos com deficiência, sejam com Síndrome de Down e outras ainda desconhecidas por grande parte da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sala de aula é um espaço formativo para brincar, contar diferentes histórias, desenhar, correr, divertir-se, ouvir os amigos, de escrever, de conhecer, de aprender novos conceitos da matemática, ciências, geografia, conviver com os outros, produzir novos conhecimentos e a preparação para o exercício consciente da cidadania.

Neste ensejo, são diversos os olhares possíveis na tentativa de apreender a complexidade do espaço humano e a implicação que a inclusão dos alunos com Síndrome de Down promove em professores, família, alunos e comunidade escolar.

Esta afirmação enfatiza o pensamento de que, quando é proposta uma ação eficiente, aposta-se em condições que de alguma forma, possibilitem ao sujeito cognoscente inserir-se no contexto da escola da forma como pode naquele momento, em conformidade com a sua maturidade neurofisiológica, respeitando seu tempo, espaço, peculiaridades e virtudes.

Nesse contexto, tantas experiências significativas acontecem na unidade educacional, docentes e alunos aprendem e ensinam, participando de uma envolvente e complexa rede de relações que perpassam as dimensões históricas, sociais, afetivas, econômicas, geográficas e culturais.

O trabalho pedagógico com o aluno com Síndrome de Down convida o professor a pensar em diferentes estratégias para aquisição da acessibilidade escolar, com adequação dos conteúdos previstos e estabelecidos no currículo de determinada rede de ensino e adaptação de materiais que proporcionem o estabelecimento de importância à proposição conteudinal abordada nas aulas.

Por isso, faz-se necessária a reflexão do educador e todos os profissionais da educação (Professor Regente, Professor Especialista, Professor do Atendimento Educacional Especializado, Coordenação Pedagógica, Direção e Supervisão Escolar, Diretoria de Ensino e família) a respeito da escola que se tem e como é possível concebê-la através de práticas que incentivem o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down.

Desta forma, se o docente se abster do movimento permanente de reflexão e

enfocar as ações didático-pedagógicas para uma inclusão que se preocupa unicamente em manter o discente dentro da sala de aula e associá-lo a um padrão estereotipado como os demais estudantes público-alvo da Educação Especial, haverá a consolidação de uma prerrogativa na qual se compreenderá que todos os alunos aprendem no mesmo tempo, de maneira uniforme e inexistem diferenças individuais na classe.

Adiante, há de se pensar na equiparação de oportunidades, levando em consideração os aspectos pedagógicos e psicológicos, a fim de considerar as ações docentes concatenadas ao conceito de igualdade para todos os alunos aprenderem. Todavia, ao abordarmos esta equidade, devemos priorizar distinções entre as condições iguais para aprender que todos os cidadãos indistintamente terão acesso e as condições para aprender conceitos essencialmente relevantes ao pleno desenvolvimento da sociabilidade.

Entende-se que, para todos os discentes devem ser oferecidas condições de sucesso, permanência e educação de qualidade em consonância dos objetivos que a sociedade legítima para a formação de uma pessoa flexível, ativa, criativa, inovadora e com tendência às relações interpessoais.

As reflexões sobre os diversos olhares que mantêm interface com as práticas sociais que visam intervir na formação do aluno com Síndrome de Down, têm o sentido de analisar as possibilidades e limitações que estas proposições oriundas da diversidade humana ensejam.

Na medida do possível, apresentá-las por intermédio das situações concretas que acontecem na realidade escolar, pontua o ponto de vista de que a ação e o pensamento são inseparáveis na produção do conhecimento. A análise, reflexão e a leitura averiguada durante a elaboração do texto, ganham consistência quando lidos à luz das contribuições dos teóricos da educação pelos docentes que necessitam revisar os saberes com os quais diariamente.

Inquestionavelmente, o princípio da educação inclusiva deve considerar a pedagogia da diversidade, que respeite gênero, raça, nível socioeconômico e às pessoas com deficiência se exige a consciência e muito esforço de cada segmento social (professores, mães, pais, comunidades e dirigentes) para que as pessoas tenham seus direitos respeitados, assim como a diversidade humana.

Portanto, a inclusão educacional do aluno com deficiência na educação infantil e ensino fundamental, preferencialmente na rede regular de ensino e na escola especial

precisa focar estes eixos para uma prerrogativa efetiva: o educando e a interação com os demais alunos e os profissionais da escola, o aluno, os materiais pedagógicos, metodologias, avaliação e o processo de ensino e aprendizagem, suas possibilidades e limitações, a escola, seus profissionais e a inclusão, a família, a sociedade civil e a necessidade do acompanhamento clínico especializado no tocante aos aspectos comportamentos, fonoaudiológicos, cognitivos e físicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, MEC/Secretaria de Educação Especial, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 01 de setembro de 2011.

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2001

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.